

POR UMA GEOGRAFIA SOCIAL, ALÉM DE HUMANA: A GEOGRAFIA DO OPRIMIDO E SEUS DIÁLOGOS COM A INTERSECCIONALIDADE

Victor Pereira de Sousa
victordesousa@outlook.com.br
<http://lattes.cnpq.br/8041867185790996>

RESUMO

A sociedade é movimento. Dessa forma, a ciência geográfica necessita acompanhar tal movimento em busca de solidificar suas análises e concepções sobre seu objeto de estudo. Cabe então a essa ciência não se omitir diante da problemática social que aterroriza uma parcela massiva de indivíduos, colocando-os em situações de marginalização, opressão, subordinação. Assim, nasce o conceito de Geografia do Oprimido, que busca categorizar tais discussões as pautas e debates da Geografia, dialogando com o conceito de Interseccionalidade, em busca da melhoria na qualidade de vida, da igualdade de direitos, de justiça social e na desconstrução progressiva das culturas indivisíveis. Assuntos esses que serão refletidos ao longo de todo este texto, arcabouçados em autores de renome na condução da problemática levantada aqui.

Palavras-chave: Geografia do Oprimido; Culturas Invisíveis; Interseccionalidade; Justiça social

INTRODUÇÃO

O título deste trabalho faz jus a Milton Santos (1986), quando o mesmo clama em seu livro "Por Uma Nova Geografia", que a Geografia busque um caráter social em suas análises e discussões referentes a seu objeto de estudo: o espaço geográfico. Dessa forma, Santos buscava compreender em concepções da Geografia Crítica, como essa ciência seria capaz de inserir em seus conteúdos concepções adequadas as questões sociais inerentes em nosso espaço. Logo, torna-se necessário, para antes de iniciarmos a discussão proposta por este trabalho, compreender algumas especificações sobre os conceitos de humanidade e sociedade, que se apresentam como complementares, mas que não são considerados sinônimos pelas Ciências Humanas e Sociais.

Então, humanidade é uma das características de nossa existência e, segundo Kant, está presente em todos os seres humanos, constituindo-se como um fim em si mesmo, o que permite que os seres dessa espécie sejam seres morais, para cuja

finalidade devem tratar a si mesmos e aos outros, como fins em si, assim como proceder de modo que, na medida do possível, recebam esse mesmo tratamento de todos os outros seres humanos (SCHERER, 2010). A autora ainda assegura que a humanidade é compreendida como um fim necessariamente presente em todos os seres humanos, isto é, como uma potencialidade que, no entanto necessita ser aperfeiçoada continuamente até o momento derradeiro da vida.

Em relação à sociedade, Castro (2002) elucida aspectos gerais e particulares desta, proporcionando um entendimento dicotômico deste conceito, pois, segundo o autor:

Em sentido geral, a sociedade é uma condição universal da vida humana. Esta universalidade admite uma interpretação biológica ou instintual, e outra simbólico-moral, ou institucional. Assim, a sociedade pode ser vista como um atributo básico, mas não exclusivo, da natureza humana: somos geneticamente predispostos à vida social. Em sentido particular, (uma) sociedade é uma designação aplicável a um grupo ou coletivo humano dotado de uma combinação mais ou menos densa de algumas das seguintes propriedades: territorialidade; recrutamento principalmente por reprodução sexual de seus membros; organização institucional relativamente autossuficiente e capaz de persistir para além do período de vida de um indivíduo; distintividade cultural (CASTRO, 2002).

Assim, ainda de acordo com o referido autor, "sociedade" e "cultura" vieram ainda dividir o campo estruturado pela oposição jusnaturalista entre "(estado de) natureza" e "sociedade (civil)", com a diferenciação das duas antinomias basilares das ciências humanas, que lhes circunscrevem o campo discursivo e lhes fornecem os problemas característicos: "natureza/cultura" e "indivíduo/sociedade" (CASTRO, 2002).

Compreendendo dessa forma que a humanidade engloba a sociedade, e que então, as duas se entrelaçam com a cultura e a diversidade, as concepções sociais são complexas e precisam de um olhar especial diante de seu observador. E assim como apontava Santos (1986), a Geografia não deve se omitir de tal fato.

Nessa perspectiva, assim como Paulo Freire, ao conceber sua célebre obra "Pedagogia do Oprimido", questionou-se sobre como (metodologias, práticas, conteúdos, linguagem) a Educação estava chegando – e de que forma (atingindo a quem?) estava – nas pessoas submetidas à opressão e subordinação social; ou mesmo quando Boal questionou-se da mesma forma sobre a arte e cunhou o livro "O Teatro do Oprimido"; a

Geografia do Oprimido¹ segue as mesmas preocupações em relação à para quem estamos fazendo Geografia, e como a mesma está penetrando na sociedade. As minorias sociais estão sendo abrangidas por ela? As problemáticas sociais estão sendo trabalhadas de forma efetiva na Geografia? A Geografia tem refletido a sociedade?

O mundo, hoje, encontra-se em meio de intensas transformações. Falamos em união, integração econômica e cultural, superação de fronteiras com a criação de grandes blocos de tendência hegemônica, como União Europeia, Mercosul e outros. O mundo se globaliza, a cultura se mundializa, os mercados se unificam. Grupos diversos se deslocam no tempo e no espaço e, no entanto, em diferentes espaços e latitudes, as particularidades se reafirmam, diferentes povos, grupos, regiões e culturas reivindicam um lugar próprio e singular, fazendo de nosso tempo um tempo aparentemente esquizofrênico (GUSMÃO, 2008).

Nessa perspectiva, o presente trabalho segue metodologicamente como uma pesquisa em bibliografias renomadas na problemática levantada pelo mesmo, assim como, tem em seus objetivos, refletir sobre a concepção do pensamento geográfico, apresentar o conceito de Geografia do Oprimido e suas relações e diálogos com o conceito de Interseccionalidade, em âmbito social, no berço do espaço geográfico.

A RENOVAÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Faz-se necessário, então, o debate acerca da renovação do pensamento geográfico. Para muitos geógrafos da contemporaneidade, o pensamento geográfico se reduz às análises das escolas do pensamento. Contudo, não passa de um equívoco tal análise. O pensamento geográfico existe muito antes de a Geografia existir. É inerente ao ser humano, faz parte de seu extinto. Através do pensamento geográfico, mesmo que singelo e sem muita conexão, a humanidade foi capaz de atravessar o tempo em uma linha de desenvolvimento. É o ser humano o pensamento, o pensamento é o desenvolvimento, o desenvolvimento, por sua vez, é a sociedade.

¹ O conceito de Geografia do Oprimido foi criado pelo autor deste trabalho após uma série de pesquisas iniciadas no ano de 2015, durante sua graduação na UERJ. Tal conceito arcahou-se em análises e especificidades da ciência geográfica diante de um olhar diferenciado para o âmbito social, refletindo sob aspectos pertinentes às problemáticas e minorias sociais intrínsecas ao espaço geográfico.

As escolas de pensamento geográfico – Alemã e Francesa – e as correntes do pensamento geográfico – Geografia Clássica, Geografia Neopositivista, Geografia Crítica, Geografia Humanística – não são em si o pensamento geográfico, afinal, tal pensamento é muito maior que um conjunto de pensadores em – quase – comum acordo. O que constitui a corrente de pensamento da Geografia Clássica são formulações, concepções, análises, diagnósticos, teorias, enfim, interligadas em um vínculo de pensamento que constitui "coloca-los" em uma mesma corrente. Da mesma forma que essas formas de pensamento fazem com que outras correntes existam, pois não "cabem" na mesma corrente.

Dessa forma, é necessário validar que não são as escolas ou correntes da Geografia que constituem o pensamento geográfico, pelo contrário, é o pensamento geográfico que constitui e dá possibilidade para que as escolas e correntes existam, assim como a própria Geografia.

É perceptível que a Geografia de hoje, ou talvez os geógrafos, não dê a importância necessária ao pensamento geográfico, uma vez que, muito poucos estudos são divulgados com esse tema, e em sua maioria, quando são, ficam presos às correntes de análises do pensamento geográfico. Como se houvesse a necessidade de uma teoria estar expressamente arcabouçada em um pensador e que essa teoria tenha que estar explicitamente atrelada a uma corrente. Não há normas ou leis geográficas que aprisionem o pensamento. O pensamento é livre. Fluído. Adensável. Transitável. Metamórfico.

Sobretudo, a cada passo dado pela sociedade, às concepções da Geografia passeiam junto. Pé a pé. Como em ensaios coreografados ímpetos de um espetáculo magnífico. Se não tem sido assim, deveria ser. Não que haja leis e normas que ditem isso, mas a própria Geografia grita isso. Ecoa aos quatro ventos. A Geografia é social. É humana. É física. É material. Imaterial. Grandiosa e imprevisível.

Quem então, em todo esse tempo, foi capaz de prever esta ciência? Quem ousaria tamanha audácia? É a Geografia, se não, capaz de proceder e advir através dos tempos, transversal a qualquer lacuna existente no espaço. Porque então limitar algo tão volátil quanto o pensamento? É incabível.

É por isso, e talvez com isso, que a renovação do pensamento geográfico não se constitui em formalizarmos aqui uma nova corrente de pensamento, mas sim, novas formas de se pensarem o mundo. O mundo não é feito apenas de materialidades, Milton Santos (2002) já conceituava o espaço geográfico em fixos e fluxos, sistemas de objetos e sistemas de ação. É o mundo um imenso sistema, onde redes se convergem e se divergem em um belíssimo balé clássico. É o vai-e-vem de um corpo inquieto em sua própria ansiedade. O pensamento geográfico necessita, então, ser movimento, ser o ontem, o agora e o amanhã. Ser tudo o que nós concluímos ao fechar a página de um livro, ser cada passo dado em direção a um novo lugar. Como disse Yi-Fu Tuan (1983), a geografia é o estudo da Terra como lar das pessoas.

A GEOGRAFIA DO OPRIMIDO

A linha entre oprimir e ser oprimido é extremamente tênue, e em alguns casos, é possível estar dos dois lados ao mesmo tempo. Abrir os olhos à opressão é uma luta diária de resistência, é policiar-se a si mesmo para não ocupar, ou para não se manter, na posição de opressor. Um trabalhador que se sujeita a péssimas condições de trabalho para sustentar sua família, mas violenta sua mulher por ser o patriarca da família é tanto oprimido quanto opressor.

A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores (FREIRE, 1987).

O indivíduo é capaz de estar dos dois lados da moeda, e às vezes nem se dá conta. É por isso que a alienação é não favorável ao opressor, uma vez dominante, usa de seu poderio para a prática da opressão e se manter fortalecido quando seu "inferior" também oprime. É um processo de retroalimentação, até que a barreira da alienação seja rompida.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores [...] (FREIRE, 1987).

A prática do pensamento é inerente à Geografia, como vimos. Está enraizado tanto quanto seu objeto de estudo: o espaço geográfico. A prática da opressão também se encontra enraizada na Geografia, uma vez que, está enraizada no espaço geográfico. Todavia, não podemos dizer que a opressão está inerente ao espaço geográfico, afinal, não podemos naturalizar a opressão como se fosse algum feitiço da essência humana.

Ainda que haja competitividade, ainda que haja individualidade ou egoísmo, não devemos tratar tais elementos como sinônimos de opressão. Faz parte do ser humano buscar o que é melhor para si, em contrapartida, fazer o melhor para si não é o mesmo que inferiorizar, humilhar, agredir, violentar o outro. Somos nós, seres humanos, os únicos animais na face da Terra que temos a capacidade de pensar antes de agir, e ainda assim, a História nos conta que o ser humano se construiu à base da opressão.

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que, lutar por ela, significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus “proprietários” exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores repressões (FREIRE, 1987).

Um dos papéis da Geografia é formar cidadãos críticos ao sistema. Ser crítico ao sistema não é ser um rebelde sem causa, ou um formar um motim sem razão. Mas, abrir os olhos do indivíduo para que ele seja capaz de ler o mundo a sua volta e assim, construir uma sociedade o mais próxima possível da justiça social. Souza (2000), ao questionar o conceito de desenvolvimento, afirma que este expressa uma ideologia hegemônica que mascara o seu verdadeiro sentido, que seria uma mudança qualitativa das relações sociais.

A palavra desenvolvimento sempre nos remete a ideia de positividade. Sempre que utilizamos o conceito de desenvolvimento, pensamos em

qualidade de vida, bem-estar, evolução, estabilidade e diversas outras positivities que possamos encontrar nas mais variadas esferas que englobam nossa sociedade, como: a política, a economia, a cidadania. Entretanto, se levarmos a palavra desenvolvimento para a morfologia da língua portuguesa, veremos que o prefixo "des" da uma ideia de negação, e atrelada à palavra "envolvimento", se codifica a uma contradição do significado da palavra desenvolvimento, pois, não existe nenhuma forma de desenvolvimento em que a sociedade não esteja envolvida, de forma direta ou não, ao seu procedimento (SOUSA, 2016).

Não se trata simplesmente de garantir o acesso, via mercado, à educação, à moradia, à saúde ou a um ambiente livre de contaminação, mas de recuperar práticas coletivas (solidárias) de satisfação dessas necessidades (GUIMARÃES, 1997).

(...) a minimização (ou, idealmente, a superação) da injustiça social – ou, para expressar o mesmo pensamento de forma menos vaga, como a minimização da desigualdade de oportunidades no acesso aos meios para a satisfação de necessidades. As necessidades são variáveis conforme os indivíduos e os grupos; vão desde o enfrentamento da pobreza (absoluta e relativa) e a exclusão até o combate ao ódio, à intolerância e à violência – expressões, e produtos da heteronomia da nossa sociedade – passando pela superação da segregação e da discriminação (SOUZA, 2000).

Logo, para Souza (2000) o desenvolvimento socioespacial seria a mudança, para melhor, das relações sociais e do espaço (por elas produzido e que as condiciona), simultaneamente. É a superação de obstáculos, rumo a uma maior justiça social e a uma melhor qualidade de vida para o maior número possível de pessoas, sobre os fundamentos da autonomia individual e coletiva – vale dizer, da autodeterminação, do autogoverno, da autogestão; em suma, da liberdade.

A Geografia do Oprimido vem para compreender os anseios da sociedade que se encontra à margem do desenvolvimento, na marginalização. A Geografia do Oprimido vem para dar voz às minorias sociais, à favela, à periferia, à injustiça, à desigualdade. A Geografia do Oprimido grita à desmistificação das culturas invisíveis².

2 Termo criado pelo autor deste trabalho para se referir às tipologias culturais que passam "despercebidas" pelos olhos da sociedade, como se não se tratassem de formações histórico-culturais. Elas existem, mas permanecem como invisíveis. Podemos entender como essas formas culturais, a cultura do racismo, a cultura do estupro, dentre muitas outras que serão elencadas no corpo textual do presente trabalho.

A cultura e seu movimento incorpora ainda uma outra dimensão que é seu caráter de mediação, ou seja, aquilo que faz com que as condições objetivas de vida sejam expressas pelos sujeitos sociais, não pelo que de fato são e representam, mas pela forma pela qual o real é significado, percebido e interpretado. Cabe aos indivíduos e grupos, perceber, significar e interpretar a si mesmos em relação ao que vivem e experimentam e que, impregnam a textura social do cotidiano, enquanto imagem, rotina e ruptura, enquanto universo significativo que é parte da vida vivida, pensada, sentida e concebida (GUSMÃO, 1999).

Sempre que falamos em cultura, logo nos vem à cabeça aspectos culturais, como, a cultura indígena, cultura europeia, cultura africana, cultura brasileira, trajes orientais, gastronomias locais, música, literatura, dentre muitos outros aspectos que caracterizam determinada região, ou grupo de indivíduos. Essas culturas são as culturas que podem ser ditas afáveis, que sempre caracterizam um objeto de análise que está sendo estudado. A própria Geografia Cultural, ou melhor, muitos dos geógrafos que se propõem às análises da Geografia Cultural ficam restritos a essas culturas, estudando povos e religiões pelo mundo, por exemplo.

Todavia, existem culturas enraizadas em nossa sociedade e muitos de nós "fingimos" não ver. São as culturas invisíveis, que na verdade estão por toda parte, mas que uma parte sociedade – a opressora – tenta naturalizar ao cotidiano. Nessa tentativa – um tanto quanto forçada – de se naturalizar tais culturas oprime-se outra parcela da sociedade massiva, que é marginalizada de diversas formas, todos os dias.

Existem diversas culturas invisíveis, como por exemplo, a cultura do estupro, a cultura da LGBTIfobia³, a cultura do racismo, a cultura dos estereótipos corporais, a cultura da mulher inferiorizada, a cultura do binarismo sexual⁴, a cultura eurocêntrica hegemônica, a cultura consumista, a cultura da família patriarcal⁵, dentre outras diversas.

³ A cultura da LGBTIfobia pode ser entendida como a cultura histórica da aversão a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais.

⁴ A cultura do binarismo sexual pode ser entendida como a construção histórico-social da relação binária entre o sexo masculino e feminino em uma união de relacionamento, casamento. A visão binarista associa que somente machos e fêmeas podem se relacionar entre si, marginalizando o relacionamento homoafetivo, por exemplo.

⁵ O projeto do Estatuto da Família, aprovado no Senado em outubro de 2016, define que família é composta somente pela união entre homem e mulher, desconsiderando as uniões homoafetivas.

Todas essas culturas estão enraizadas em nossa sociedade e permeiam por nossos dias como se fossem naturais à essência humana. Entender as culturas invisíveis é fundamental para se entender a Geografia do Oprimido.

É arcabouço da Geografia do Oprimido o pensamento geográfico. Estuda o espaço geográfico partindo do ser humano e de suas relações socioculturais com o meio e com a sociedade a que pertence.

A INTERSECCIONALIDADE EM UM DIÁLOGO GEOGRÁFICO

O conceito de interseccionalidade foi criado por Kimberlé Crenshaw, e acabou por se tornar assunto de pauta em muitas análises e discussões acerca da problemática que envolve as minorias sociais e a luta pelo reconhecimento pleno de seus direitos humanos em termo de justiça social. Como afirma a autora:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002).

Dessa forma, as diferenças não devem ser vistas como desigualdades, mas como pluralidades. Devemos tratar tais pluralidades de forma desigual, para chegarmos à igualdade, com equidade. A justiça deve deixar de ser branca, heterossexual, cristã e de alto nível econômico. A justiça deve se espalhar pelos subúrbios, pelas periferias, deixar de rodar em círculos pelos grandes centros e bairros enclausurados, livres da realidade.

Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem às desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento (CRENSHAW, 2002).

Os diálogos entre os conceitos de Geografia do Oprimido e Interseccionalidade são muitos. Assim como o segundo, o primeiro não se restringe a analisar somente uma parcela dos indivíduos pertencentes a situações de opressão, subordinação, submissão. A diferença entre tais conceitos é que o primeiro aplica tais assuntos a ciência geográfica, abordando as formas as quais tais problemáticas (re)organizam, (re)configuram e (re)constroem o espaço geográfico. Em uma abordagem social, que busca melhoria na qualidade de vida dos indivíduos, igualdade de direitos e justiça social. Já a Interseccionalidade aborda tal assunto no âmbito da sociedade, de forma transversal e interativa, construtiva. Não que a Geografia do Oprimido não tenha tais características, todavia, traz tais concepções para o debate geográfico.

Como assegura Crenshaw (2002), é menos provável que a vulnerabilidade interseccional seja identificada onde a análise dominante está estruturada como uma investigação categórica (ou de cima para baixo) sobre como as discriminações colorem nosso mundo social. As consequências interativas do racismo e da discriminação sexual, por exemplo, somente serão reveladas se essa abordagem de cima para baixo for reconfigurada de forma a seguir as pistas da discriminação até o ponto onde as práticas de subordinação interagem com, influenciam e são influenciadas por outras formas de subordinação.

Cabe então a Geografia não se omitir de tais fatos, assegurando o caráter social necessário em seus estudos e análises, contribuindo para que o movimento que materializa a sociedade seja menos desigual, opressor, subordinador, senão, desumano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notoriamente, podemos perceber que o pensamento geográfico está inserido ao ser humano muito antes da própria existência da Geografia como ciência. Aliás, é notável que a sistematização da ciência geográfica seja fruto das análises e percepções do próprio pensamento geográfico, e que assim, as correntes do pensamento geográfico se materializam e solidificam tal ciência.

Pensar em Geografia do Oprimido, é pensar em como estamos tratando de tais assuntos, abordados ao longo de todo este texto, na Geografia nos últimos anos, como para quem estamos fazendo Geografia e como a mesma chega à sociedade. Não é válida, em termos sociais, fazermos Geografia para discutirmos dentro das universidades e unidades escolares. Como uma disciplina escolar, a Geografia deve ultrapassar os muros das instituições de ensino e refletir na sociedade e em seu caráter social, deve ser capaz de contribuir para a construção pela da cidadania, e na busca pela garantia dos direitos humanos.

Logo, instruída pelo pensamento geográfico, a Geografia do Oprimido busca uma análise temporal desde os primórdios da sociedade, procurando entender como tal pensamento contribuiu para o avanço e desenvolvimento do ser humano, e ainda, assimila o mesmo à contemporaneidade, reconhecendo os novos desafios que as sociedades atuais precisam vencer diariamente em busca de justiça social.

A Geografia brasileira faz parte do pensamento geográfico mundial e nutre-se como as demais formações deste. E, como essas formações, incorpora, recria, e reinventa o pensamento geográfico que lhe chega de acordo com o filtro da realidade em que se situa e as características próprias da personalidade intelectual de seus geógrafos (MOREIRA, 2014).

Para melhor reflexão sobre uma nova forma de se pensar geograficamente, cabe analisarmos as relações socioculturais que estão presentes em nosso cotidiano e que fazem o movimento de agregação de nossas individualidades em uma heterogeneidade de pluralismo sociocultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, E. **O conceito de "sociedade" em antropologia: um sobrevôo**. In: CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 297-316, 2002.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos feministas, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1987.

GUIMARÃES, R. **Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas**. In: A geografia política do desenvolvimento sustentável. BECKER, B. e MIRANDA, M. (org). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUSMÃO, N. **Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro**. Cadernos de Pesquisa, n.107, p. 46-78, 1999.

_____. **Antropologia, estudos culturais e educação: desafios da modernidade**. Revista Pró-Posições, v. 19, n.3 – set./dez. 2008.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras**. Volume 3. 1ª Edição. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SCHERER, B. **A formula da humanidade: responsabilidade, reciprocidade e consentimento das ações nas relações interpessoais**. Tese [Doutorado em Filosofia]. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

SOUSA, V. **O pensamento agrário acerca da problemática socioambiental**. XX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica (INIC) – Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2016. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2016/anais/arquivos/RE_0206_0043_01.pdf> Acesso em 12 dez 2016.

SOUZA, M. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócioespacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2000.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

SOBRE O AUTOR:

É graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Também é técnico em Agroecologia pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, e em Química pelo Instituto Politécnico da Fundação São José.